

# **D** **C**astoral atequética

## **FAMÍLIA E CATEQUESE**

**SEMANA NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ  
E  
JORNADAS NACIONAIS DE CATEQUISTAS – 2016**

**Revista de Catequese e Educação**

**QUADRIMESTRAL – ANO XII – SETEMBRO - DEZEMBRO 2016**

**36**

**Edição e Propriedade**

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Contribuinte: 501104038

Quinta do Cabeço, Porta D 1885-076 MOSCAVIDE

Telef.: 21 885 12 85 Fax: 21 885 13 55

E-Mail: snec@snec.pt

**Diretor**

Acácio José Pereira Lopes

**Conselho de Redação**

Manuel Pelino Domingues, Anacleto Oliveira, António Francisco dos Santos,  
António Moiteiro Ramos, Nuno Brás Martins, Cristina Sá Carvalho.

**Sede da Redação**

Quinta do Cabeço, Porta D 1885-076 MOSCAVIDE

**Paginação e Montagem**

Ângela Baptista

**Tiragem**

550 exemplares

**Condições de assinatura**

Número Avulso: 6 Euros

Assinatura Anual (3 números): 15 Euros

**Ideografia**

Aristides Dourado

**Nº de Registo**

124627

**Impressão**

GRÁFICA ALMONDINA

Zona Industrial

2354-909 Torres Novas

**Depósito legal**

221 724/05

*Esta revista encontra-se à venda em Livrarias Religiosas*

**4** Pastoral Catequética nº 36 - 2016

## **A Família como fermento evangelizador da sociedade**

JOÃO MANUEL DUQUE (\*)

### **Introdução:**

Antes de entrar na questão propriamente dita, gostaria de tecer algumas considerações introdutórias, a propósito do título proposto. Fala-se nele do papel *evangelizador* da família. Mas quando falar, de seguida, em evangelização, não me pretendo referir à tarefa explícita do anúncio, nomeadamente na transmissão de conteúdos cristãos aos filhos, ou a qualquer tipo de intervenção organizada no contexto eclesial ou social, através da ação de famílias isoladas ou em grupo, no sentido de anunciar o Evangelho a quem eventualmente não o conheça. Evangelização significa, aqui e antes de tudo, um determinado *modo de ação* ou comportamento quotidiano que introduz, na vida do mundo, um estilo de vida segundo o Evangelho e, dessa forma pragmática, contribui para a configuração do mundo de acordo com esse mesmo Evangelho, configuração a que podemos chamar genericamente processo de evangelização. Compreendida a tarefa evangelizadora desse modo comportamental e pragmático, pode falar-se do processo evangelizador numa espécie de "fermentação" do mundo. Tal como o fermento não age a partir de fora, a partir de uma posição exterior à massa, mas precisamente fermentando ele próprio e, a partir da sua fermentação, provocando a fermentação da massa, assim a evangelização como fermentação é, antes de tudo, o processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas, no conjunto das suas relações quotidianas, se deixam fermentar segundo o Evangelho e, nesse processo de autofermentação, fermentam o contexto em que vivem – que é o mundo

---

(\*) Doutorado em Teologia Fundamental. Professor Catedrático na Universidade Católica Portuguesa. Diretor-adjunto do núcleo de Braga da Faculdade de Teologia.

propriamente dito, já que cada um vive inevitavelmente em mundos diversos, que constituem o conjunto do único mundo que existe.

Entendidas as coisas deste modo, a tarefa evangelizadora da família dá-se, antes de tudo, na medida em que a família (cristã) vive precisamente como família. E se corresponder ao estilo das relações que constituem a família propriamente dita, então está a fermentar ela própria segundo o Evangelho e, desse modo, a fermentar o mundo, ou seja, a evangelizar. Proponho, pois, que comecemos por uma breve reflexão sobre as relações tipicamente familiares, para aí identificar o estilo evangélico. A partir dessas relações – que poderíamos considerar naturais à família, embora aí a natureza, em sentido estrito, seja já superada pela sobrenatureza – coloca-se a questão da sua dimensão evangélica, que é implícita em todos os casos (na medida em que essas relações são vividas na sua autenticidade) e que se torna explícita apenas num contexto crente, permitindo a sua interpretação cristã e a sua celebração sacramental. É na medida em que as relações familiares são vividas como tal que elas se tornam fermento da sociedade, em sentido geral – pois qualquer sociedade espelha essencialmente a qualidade das suas relações familiares; e é na medida em que essas relações são enquadradas explicitamente na sua relação com o Evangelho, e por isso interpretadas e celebradas sacramentalmente, que esse fermento se torna explicitamente evangelizador de todo o tecido social – mesmo e até sobretudo no silêncio dos agentes dessa evangelização.

Vamos por partes, na exploração destes diversos aspetos.

### **1. Família: ser pessoa-relação**

De um modo muito genérico, poderíamos afirmar que a família é o contexto relacional humano – normalmente institucionalizado – em que, de forma paradigmática, cada sujeito se constitui como pessoa. Não é o único contexto em que acontece, mas aí isso acontece de forma originária e especial. Entenda-se a constituição de cada sujeito humano como pessoa a partir daquela dimensão da identidade humana que vai além de todos os processos naturais necessários, e mesmo além dos processos sociais que se sobrepõem ao sujeito e o determinam. Ou seja, em última instância é o exercício da liberdade aquilo que define cada ser humano como sujeito e, por essa via, como pessoa: a liberdade em relação à natureza e a liberdade em relação à coletividade social. Ora, o âmbito da liberdade é aquele que se situa para além da necessidade, ou seja, que articula a dimensão da gratuidade:

João Manuel Duque

o âmbito em que aquilo que acontece e aquilo que cada um é podia não ser e podia não ser assim, mas é o que é e acontece como acontece em função de decisões livres. A diferença entre a necessidade – que não permite que as coisas sejam de outro modo – e a gratuidade – em que tudo podia ser de outro modo, mas não é porque as pessoas assim decidem – está na base da qualificação da constituição da pessoa e, como vamos ver, da família como núcleo de relações pessoais. É também essa a base da noção de história, em sentido próprio.

É claro que, se falamos em decisão de pessoas – o que as leva a determinadas atitudes que podiam não ser assim, porque nada obriga necessariamente a que assim sejam – estamos a falar de liberdade mas, em certo sentido, estamos a falar também em vontade. Ou seja, as decisões pessoais pressupõem que quem decide, decide de determinado modo porque quer. Isso tem levado a que se situe frequentemente a própria origem da liberdade na vontade individual, como se toda a interferência nessa vontade fosse anulação dessa liberdade. E, vistas as coisas de forma superficial, assim parece ser.

Mas a questão da vontade, que pode fazer-se coincidir com a questão do desejo, é extremamente complexa. Porque desejamos nós aquilo que desejamos? De onde vem realmente o nosso desejo? Porque chegamos nós a desejar não desejar aquilo que desejamos? Se formos sérios na análise, perceberemos que o mecanismo de constituição do desejo é de tal forma complexo, que é difícil dizer que sejamos nós a sua fonte exclusiva. Nesse sentido, fundamentar a ação verdadeiramente livre – isto é, não sujeita a nenhuma necessidade – apenas no desejo é algo muito débil. Porque esse desejo é, em grande parte dos casos, expressão de uma necessidade que se impõe ao próprio indivíduo – mais uma vez, como manifestação do peso da natureza ou da sociedade. Nesse sentido, exige-se, talvez pelo menos, a possibilidade de procurar a fundamentação da decisão livre – e do ser humano como sujeito de liberdade – noutra dimensão, que poderíamos aqui definir enquanto capacidade sua de *resposta não imposta* (nem sequer pelo seu desejo) a uma interpelação que lhe vem do exterior e que implica certa noção de *dever* – não necessário. Nessa resposta, eu sinto que *devo* fazer algo ou que *devo* ser de determinado modo, sentindo ao mesmo tempo que *não tenho que* fazer isso ou ser assim, pois posso (embora não deva) fazer e ser de outro modo. É neste dinamismo de resposta que a liberdade se constitui, podendo mesmo libertar o sujeito em relação ao seu desejo ou à sua vontade demasiado individual – e ajudando o sujeito a adequar o seu desejo e a sua vontade àquilo que simplesmente deve ser – e mesmo que

ele deve querer -- e não apenas àquilo que à partida quer (e que pode não ser aquilo que deve querer).

Dado este primeiro passo, percebe-se com facilidade que a constituição dos sujeitos como pessoas, ou seja, como sujeitos de ações verdadeiramente livres, não acontece senão em relações, nas quais os sujeitos são interpelados por outros sujeitos e respondem a essa interpelação, tornando-se naquilo que são, precisamente através dessa resposta. Ou seja, a resposta aos outros é a base da nossa identidade pessoal. Nesse sentido, ninguém se torna realmente pessoa isoladamente <sup>1</sup>.

Segundo a tradição hebraico-cristã, a resposta que me constitui como sujeito pessoal é a resposta da responsabilidade <sup>2</sup>. Na responsabilidade pelo outro, eu respondo à sua interpelação, assumindo precisamente que estou aí para ele e essa é a raiz da minha identidade. Essa resposta não é imposta pela natureza nem pela sociedade. É a minha decisão livre. Mas, por outro lado, eu não posso não decidir, pois a aparente não decisão é já uma forma de decisão. Ora, é na compreensão da identidade pessoal como responsabilidade pelo outro, no exercício da liberdade gratuita -- ou seja, que é assim por nada, sem nenhuma obrigação natural e inevitável, mas simplesmente porque sim -- que as relações familiares são exemplares <sup>3</sup>.

A primeira dessas relações, que é uma espécie de relação de responsabilidade ao inverso, é a relação de *filiação*. E todos partimos dela. Antes de tudo, todos nós somos filhos. Ser filho significa ser dado. E ser dado significa que essa doação é gratuita, porque toda a doação é de graça, em função de nada, sem medida e sem preço. Por isso, nós não somos simplesmente produto -- nem produto de uma ação nem produto de uma

<sup>1</sup> Isso não significa que o dinamismo de interpelação e de resposta aconteça apenas entre humanos. Do ponto de vista teológico, a interpelação primordial é a que vem de Deus. E a resposta que nos faz originariamente pessoas é essa resposta primeira. Por isso todo o humano é sempre já pessoa, independentemente do contexto em que posteriormente cresça. Desse contexto depende apenas o grau de realização dessa sua identidade originária e indisponível, seja para quem for.

<sup>2</sup> Ver Emmanuel Levinas, *Autrement qu'être et au-delà de l'essence*. Paris: Grasset, 1974. Interessantemente, na resposta da responsabilidade, eu respondo, ao mesmo tempo, ao outro e a Deus (o terceiro), ou melhor, respondo a Deus, na medida em que respondo ao outro, e respondo ao outro, na medida em que respondo a Deus. É paradigmática, a propósito desta questão, a pergunta de Deus a Caim: "Onde está o teu irmão?" E não deixa de ser também paradigmático o desvio de Caim "Serei eu porventura responsável por ele?". Precisamente! (ver: João Manuel Duque, "Fraternidade originária. Da violência mimética à responsabilidade pelo outro", in *Forma Breve* 12 [2015]: 71-78.)

<sup>3</sup> Para o que se segue, ver: João Manuel Duque, "Breve antropologia da família," *Theologica* 49 (2014): 231-243. Neste sentido, considero que a antropologia das relações familiares é a base originária de toda a antropologia.

João Manuel Duque

conjugação natural. Nós somos dados numa ação pela qual outros sujeitos humanos, respondendo livremente, assumiram responsabilidade por nós. E todos nós devemos, no âmago mais originário da nossa existência, mesmo da existência biológica, a esse modo de relação gratuita. Por isso, a relação de filiação é, como resultado de uma dádiva gratuita, a relação a uma origem não merecida. Porque se fomos dados em função de nada, isso significa, antes de tudo, que não merecemos o próprio ser, até porque a sua dádiva é anterior à possibilidade mesma de a merecermos.

É claro que, mesmo que todos sejamos filhos, em verdade podemos não aceitar sê-lo. Porque ser filho, em sentido total, implica a liberdade da aceitação dessa condição. E se aceitar ser filho significa aceitar não ser merecedor daquilo que se é, porque se é por dádiva gratuita, então a primeira relação tipicamente familiar é uma relação exigente e mesmo difícil.

Tornou-se especialmente difícil a partir do momento em que o contexto cultural acentuou a capacidade de o sujeito se constituir a si próprio e, em certo sentido, se considerou indigna a aceitação de si mesmo como dádiva e não apenas como resultado daquilo que de nós conseguimos fazer e por isso merecer. Em realidade, é uma espécie de adolescência, em que os sujeitos consideram que só serão eles mesmos na medida em que negarem a sua origem e negarem mesmo o facto de serem originados gratuitamente por outros. É o caso do filho pródigo, que recusa a sua condição de filho, julgando merecer a herança, e regressa na condição de empregado, que pretende merecer o salário. O pai oferece de novo a paternidade – e a possibilidade da filiação gratuita, muito para além do mérito. O que pode ou não ser aceite. O filho pródigo aceita – o outro parece que não, e continua colado ao seu mérito, como filho bem comportado. Não passou pela adolescência. O que pode ser fatal no processo de reconhecimento da verdadeira condição de filho.

Como filhos que somos – e por isso devedores da responsabilidade de outros por nós – damos um passo significativo no processo de respondermos nós mesmos, assumindo a responsabilidade *por* outros, no momento em que constituímos uma nova família, pela relação a uma pessoa do outro sexo, dentro de determinado modo de responsabilização. A relação *esposal* é também uma resposta em liberdade – e não apenas uma imposição da natureza, eventualmente determinada pela atração sexual – na qual um sujeito se assume especificamente responsável por outro sujeito. Genericamente, poderíamos dizer que aí um sujeito se assume como responsável pela felicidade do outro sujeito, embora o termo felicidade seja demasiado vago e ambíguo. Cada sujeito assume, aí e antes de tudo, a

responsabilidade pela sexualidade de outro sujeito. E entenda-se aqui a sexualidade como um modo básico da relação humana que leva em conta a diferença entre homem e mulher. A definição do humano como homem ou como mulher – e, desse modo, a sua definição pela relação ao outro sexualmente diferente – é uma definição fundamental, que poderia ser interpretada apenas sobre a base de uma necessidade natural. Mas trata-se de algo mais, a ser assumido em liberdade. Na relação à mulher, o homem assume a sua identidade precisamente como aquele que se refere à mulher, na totalidade daquilo que significa a sexualidade, incluindo a dimensão biológica, mas também todas as outras dimensões. E é no contexto desse relacionamento que ele assume a responsabilidade pela mulher – por aquela mulher, porque a responsabilidade pessoal só se assume por pessoas únicas e concretas – assumindo a responsabilidade pelo seu ser como mulher, ou seja, como diferente de si mesmo. O mesmo acontece à mulher, na sua relação ao homem. O casamento é a realização deste modo de relação – que poderemos definir como esponsalidade – de forma concreta. E não se trata de complementaridade, pois não se saberia dizer o que seria o todo, como junção das duas partes. Trata-se de ser plenamente humano como homem – mas por relação à mulher – e plenamente humano como mulher – mas por relação ao homem. Ou seja, é a forma de ser plenamente si mesmo, como pessoa completa, apenas por relação a outra pessoa diferente – incluindo neste caso como essencial a diferença sexual e a sua mútua referência (que pode de facto manifestar-se, ao nível do desejo, enquanto atração), o que pode não acontecer noutros modos de relação.

Mas a resposta da responsabilidade não se esgota na relação dos esposos. Ambos – e cada um deles – dá um passo significativo na construção de si como sujeitos pessoais, quando assumem a responsabilidade por um terceiro, gerado a partir do seu seio, ou seja, quando se tornam pais. A *paternidade* e a *maternidade* referem-se a uma das relações familiares fundamentais. De facto, ela revela de forma muito própria – que inclui a dimensão biológica, mas não lhe fica limitada – a vocação de todos os humanos, aquele chamamento a que todos devem responder em responsabilidade: o chamamento a gerar vida, a ser fecundo, seja de que modo for.

Em estreita continuidade com as relações de filiação e de parentalidade encontra-se a relação de *fraternidade*. Ela é uma das mais fortes expressões da relação gratuita de responsabilidade pelo outro, vivida entre iguais. Não se baseia em regras sociais ou em negócios de interesse, como nos contratos, mas simplesmente na constatação da responsabilização mútua,



João Manuel Duque

porque somos irmãos. E só somos irmãos porque somos filhos dos mesmos pais. Assim, a origem comum interpela, em liberdade, à resposta da fraternidade, como fundamento mais originário da humanidade. Esta é, sem dúvida, um das relações com maior impacto na constituição das sociedades, que continuam a sonhar com a fraternidade universal. Mas esta só será possível através de uma fermentação lenta e paciente. E a família é o primeiro lugar dessa fermentação, porque ela é o lugar do próprio fermento. Nela, a utopia da fraternidade deixa de ser simplesmente utópica, adquirindo um lugar concreto, ainda que débil e limitado.

Mas por que razão todas estas relações inter-humanas, marcadas pela gratuidade da doação mútua, podem ser acolhidas como pragmática da evangelização? É claro que, em sentido explícito, só poderão ser evangelizadoras se referidas ao Evangelho. E isso acontece precisamente na dimensão sacramental da família.

## **2. Dimensão teologal-sacramental**

Para colocar em debate o significado da dimensão sacramental da família – o que significa explorar a sua dimensão teologal – parto de uma definição muito básica de sacramento. Este será sempre uma realidade imanente ao mundo – normalmente um acontecimento, um processo, um conjunto de relações, etc. – que é assumida como *mediação* da presença, nesse mesmo mundo e para esse mesmo mundo, da ação salvífica de Deus realizada em Jesus Cristo. Convém ter noção de que essa ação salvífica só pode realizar-se no mundo que habitamos, na medida em que nele acontecem mediações suas, pois Deus não age diretamente no mundo, como se fosse mais um elemento desse mundo. E convém recordar, por outro lado, que a ação salvífica de Deus é, do ponto de vista negativo, libertação do pecado, mas implica, do ponto de vista positivo, a realização da vocação para que fomos chamados: precisamente a de transformar o mundo segundo relações de amor ou de responsabilidade gratuita e livre uns pelos outros. Assim, aqueles acontecimentos que realizam, no mundo, essa libertação do pecado instaurando um modo novo de relacionamento segundo Deus, podem ser considerados mediação da ação salvífica de Deus, ou seja, sacramentos de Deus e da sua ação em nosso favor.

O mecanismo deve ser entendido do seguinte modo: as realizações que verdadeiramente libertam e salvam não podem, em rigor, ser entendidas nem praticadas apenas a partir de si mesmas nem dos seus agentes humanos.

Para concentrar a questão, sintetizemos essas realizações que salvam no conceito de *amor*, apesar de ser um conceito ambíguo.

Ora o amor, no seu sentido genuíno, possui uma estrutura ternária<sup>4</sup>. Em realidade, o amor a si mesmo – que implicaria apenas um polo – não chega a ser relação e, como tal, não pode ser denominado amor. Porque quando me amo a mim mesmo, a distinção entre *eu* mesmo (que amo) e *mim* mesmo (que sou amado) é uma distinção artificial e ilusória.

Mas o amor apenas entre dois, sendo o primeiro passo para a verdade do amor, é ainda problemático. Porque, em última instância, ou amo o outro por amor de mim – e voltamos ao amor próprio – ou amo o outro por amor dele mesmo – mas isso implica uma absolutização indevida da pessoa do outro.

A estrutura ternária do amor implica sempre um terceiro. Este é, antes de tudo, amado em conjunto pelos outros dois. O que instaura um dinamismo no amor que não está limitado ao circuito fechado entre um *eu* e um *tu*. Eu e tu amamo-nos no amor comum ao outro e por isso não nos amamos em função de nós mesmos – nem em função de cada um de nós, nem em função do conjunto criado por nós mesmos, que não passa de uma realidade abstrata.

Isto conduz a uma outra fundamentação do amor: eu amo alguém, por amor de um terceiro; e amo um terceiro, por amor de alguém. Assim, o amor não se fecha no circuito egoísta e mesmo concorrencial de uma relação a dois, mas está permanentemente aberto. Ao mesmo tempo, não se estabelece concorrência entre o segundo e o terceiro, porque ambos se pressupõem.

É claro que nós conhecemos, por experiência, situações humanas em que esta abertura do amor, superando o perigo do egoísmo a dois, acontece pelo surgimento de um terceiro (os filhos, a comunidade, uma missão, etc.). Mas, no contexto que nos ocupa, a relação ternária possui sobretudo uma outra dimensão ainda mais fundamental. Trata-se de incluir, inevitavelmente, na relação de amor inter-humano – nomeadamente nas relações familiares – a relação a Deus, não como uma relação alternativa, mas como condição de possibilidade da própria relação humana. Nesse sentido, não é possível falar de amor a Deus e, ao lado, de amor aos humanos – muito menos em opções pelo amor aos humanos (por exemplo na família) e pelo amor exclusivamente a Deus (por exemplo sem família). O amor humano é mediação do amor a

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto, ver: Jörg Splett, *Philosophie für die Theologie*, Heiligenkreuz: Be&Be Verlag, 2016, 199-216.

*João Manuel Duque*

Deus, precisamente porque se amam os humanos por amor a Deus. E os humanos estarão sempre implicados no processo, porque se ama a Deus, por amor aos humanos. Ora esta implicação mútua entre o amor aos humanos e o amor a Deus é que torna o amor humano sacramento do amor a Deus e do amor *de* Deus, que salva.

Como vimos, a família é um dos contextos básicos e fundamentais da realização do amor humano. A plenitude desse amor humano implica o amor a Deus. Amo a esposa ou o marido, o filho ou a filha, o pai e a mãe, por amor a ou por amor de Deus – e por isso, o amor é uma realidade que, na sua gratuidade, nos supera. Mas, ao mesmo tempo, amo a Deus por amor da esposa, do marido, dos filhos, dos pais. A meta do amor é sempre Deus e os outros, e nunca Deus *ou* os outros, porque a meta é Deus *nos* outros e os outros *em* Deus. Poderíamos dizer, embora com certo cuidado pois falamos analogicamente, que somos filhos no Filho, pais no Pai e esposos e irmãos no Espírito. A família, no conjunto das suas variadas relações, é assim sacramento do amor de Deus no mundo – presença ativa e salvífica desse amor entre nós.

Ora é na medida em que se torna nessa presença sacramental que a família é explicitamente fermento evangelizador do mundo, pois é a própria ação de Deus que transforma o mundo, como qualquer fermento. Por isso, para ser fermento evangelizador da sociedade, a família cristã não precisa de fazer mais do que viver, na debilidade da condição humana, as relações que a constituem, na consciência crente de que esse modo de viver torna presente no mundo o amor de Deus que salva – torna Deus sacramentalmente presente no mundo. O sacramento do matrimónio, em sentido estrito, não é mais do que a celebração litúrgica deste permanente e quotidiano acontecimento sacramental que é a vida familiar. E essa celebração litúrgica coloca explicitamente o amor familiar no seio do amor de Deus, revelado e ativo de forma suprema no amor pascal de Jesus Cristo pela humanidade.